PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO SENSÍVEL NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

João Carvalho[1], Tomás Santos[2], Rodrigo Saraiva[3], Afonso Campota[4], A.P. Camarinha[5,6]

[1 2 3 4 5 6] Instituto Politécnico de Contabilidade e Administração do Porto (Portugal)
[7]CEOS-PT

Resumo

A construção da memória coletiva implica gerir adequadamente informação cujo tratamento exige cuidados acrescidos, conciliando a sua relevância histórica com a proteção da privacidade e da segurança. No contexto digital, onde a circulação e o armazenamento eletrónico ampliam riscos de acesso indevido, torna-se crucial definir políticas de segurança, confidencialidade e acesso ético. Com base numa revisão de literatura, este trabalho analisa os desafios associados ao tratamento de informação de caráter reservado em ambientes arquivísticos e bibliotecários, destacando a necessidade de princípios orientadores que assegurem confiança pública e responsabilidade institucional. O contributo centra-se na identificação de boas práticas e critérios éticos que ajudam a equilibrar memória social, direitos individuais e uso adequado das tecnologias.

Palavras-chave: informação reservada; memória coletiva; ética arquivística; políticas de acesso; gestão da informação digital.

Abstract

The construction of collective memory requires the careful management of information that dem ands particular attention, balancing its historical relevance with the protection of privacy and sec urity. In digital environments, where electronic circulation and storage increase the risk of unaut horized access, it becomes essential to establish policies for security, confidentiality, and ethical access. Drawing on a literature review, this paper examines the challenges involved in handling restricted information within archival and library settings, emphasising the need for guiding prin ciples that reinforce public trust and institutional accountability. The contribution lies in identifyin g best practices and ethical criteria that help to balance social memory, individual rights and the appropriate use of digital technologies.

Keywords: restricted information; collective memory; archival ethics; access policies; digital information management.

1. Introdução

A memória coletiva constrói-se a partir de documentos, testemunhos e artefactos que são preservados e disponibilizados às gerações futuras. A crescente digitalização de acervos e a expansão de repositórios eletrônicos ampliaram significativamente as possibilidades de acesso, mas também tornaram mais visíveis os desafios associados ao tratamento de informação de carácter reservado, como a exposição involuntária de dados pessoais através de metadados ou os riscos decorrentes da evolução tecnológica e da incompatibilidade de formatos. Embora a literatura destaque a necessidade de equilibrar o papel memorial das instituições com a proteção de direitos individuais, persistem lacunas quanto à definição de critérios operacionais que orientem a gestão ética e segura deste tipo de informação. Assim, este artigo apresenta uma síntese crítica da investigação recente, identificando fragilidades nas abordagens existentes e propondo um conjunto de recomendações práticas para o desenvolvimento de políticas

institucionais que reforcem a responsabilidade, a segurança e a confiança pública no ambiente digital.

2. Objetivo – Questão de Investigação

O objetivo geral deste estudo é analisar de que forma as instituições responsáveis pela preservação da memória coletiva podem proteger adequadamente a informação de caráter reservado no contexto digital. De forma mais específica, pretende-se:

1. Sintetizar como a literatura define este tipo de informação e os principais riscos associados à sua gestão digital.
2. Reunir orientações que apoiem as instituições na elaboração de políticas alinhadas com práticas internacionais.
3. Identificar os principais desafios éticos e legais que condicionam o tratamento e o acesso a acervos de natureza restrita.

A questão de investigação central é: De que modo as instituições de memória, no contexto arquivístico e institucional, podem aplicar práticas e orientações de preservação digital que garantam a proteção deste tipo de informação, conciliando princípios éticos, exigências legais e soluções técnicas?

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, assente numa revisão de literatura especializada, com o objetivo de identificar, analisar e sistematizar contributos teóricos e práticos sobre a gestão e proteção de informação de caráter reservado no contexto da preservação digital. A pesquisa bibliográfica incidiu em publicações produzidas entre 2018 e 2024 e incluiu publicações académicas e institucionais, tais como artigos científicos, manuais, relatórios, dissertações e orientações técnicas.

Foram consultadas bases de dados e repositórios de acesso aberto, incluindo Google Scholar, ResearchGate e repositórios universitários, complementadas por documentos disponibilizados por organizações internacionais relevantes. A pesquisa utilizou um conjunto de palavras-chave, entre as quais digital preservation, ethics in archives, sensitive information, privacy, GDPR e digitization guidelines. A seleção das fontes obedeceu a critérios de inclusão bem definidos: acesso gratuito ao texto integral, relevância direta para preservação digital, ética arquivística e proteção de dados, e reconhecimento académico ou institucional dos autores ou entidades responsáveis.

No total, foram analisados cerca de 30 documentos, procurando assegurar diversidade temática e consistência científica. A análise seguiu um procedimento temático-interpretativo, estruturado em categorias derivadas da questão de investigação, nomeadamente: (1) princípios éticos e privacidade; (2) enquadramento legal; (3) desafios tecnológicos; (4) orientações e boas práticas institucionais; e (5) tipologias de informação de natureza reservada. Estas categorias orientaram a síntese e a discussão dos resultados apresentados no estudo.

4. Resultados

4.1. Ética arquivística, privacidade e dever institucional

A literatura recente destaca que a proteção da informação sensível ultrapassa abordagens centradas no segredo, enfatizando antes uma **ética do cuidado** que acompanha todo o ciclo de vida arquivístico — da seleção ao acesso. A responsabilidade ética inclui a documentação das decisões arquivísticas, a avaliação dos riscos associados à divulgação de dados pessoais e a necessidade de equilibrar valores como **transparência**, **privacidade** e **responsabilidade institucional**. Grande parte da literatura recente centra-se em compreender como os arquivistas e as instituições de memória se posicionam eticamente perante a informação sensível que dizem respeito ao segredo ou à exclusividade (Oliveira, 2014). Contudo não se pode preocupar excessivamente com a “superproteção”, que limita o acesso à informação (Silva, 2015).

4.2. Aspetos legais e proteção de dados em contexto arquivístico

O enquadramento jurídico, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, ou RGPD, estabelece obrigações claras relativamente ao tratamento e preservação de dados pessoais. Muitas leis foram concebidas para suportes físicos e não abrangem adequadamente os desafios do digital ou da digitalização em massa de acordo com a *Legal Considerations for the Digital Archive* (Ethics & Law Archives Project, 2022). A literatura evidencia tensões entre o dever de preservação permanente e os princípios de minimização e limitação da conservação. Organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reforçam a necessidade de políticas institucionais que articulem proteção de dados, acesso à informação e preservação da memória coletiva na sua *Recommendation concerning the Preservation of, and Access to, Documentary Heritage including in Digital Form* (2015).

4.3. Desafios técnicos e operacionais na preservação digital de informação sensível

Do ponto de vista tecnológico, os principais desafios identificados incluem:

- Obsolescência tecnológica e de suporte: “Os dados são tão permanentes quanto o hardware ou o software que lhes dá vida” (IAFOR, 2023);
- Gestão de metadados[1], cuja manutenção ajuda na identificação de informação sensível dispersa, segundo o estudo *The FAIR Accessor and the Authenticity of Digital Archival Information* (RedALyC, 2023);
- controlo automático de riscos em grandes volumes de dados;
- deteção de metadados ocultos;
- interoperabilidade entre sistemas;
- escalabilidade dos recursos de preservação digital.

4.4. Boas práticas e mecanismos de mitigação específicos para informação sensível

Segundo Rodrigues da Silva (2018), a revisão de literatura identifica um conjunto consistente de boas práticas aplicáveis à gestão e preservação de informação sensível. Entre as práticas mais referidas destacam-se:

- políticas internas de gestão da informação alinhadas com RGPD e recomendações internacionais;
- processos de avaliação de risco adaptados ao ambiente digital;
- definição clara de responsabilidades institucionais;
- desenvolvimento de medidas de segurança, controlo de acessos e registos de operações;
- programas de capacitação contínua para profissionais da informação.
- Digitalização e a utilização de sistemas de gestão de informação como repositórios digitais, sistemas de preservação eletrónica e Content Management Systems (CMS)

O estudo *Privacy Considerations in Archival Practice and Research* (Windon, Youngblod 2024) destaca que “a decisão de não digitalizar determinados materiais não impede o seu acesso físico ou a criação de cópias digitais controladas por investigadores”.

4.5. Resultados e Tipologia e dinâmicas da informação sensível

[1] Metadados são "dados sobre dados", informações que descrevem outros dados para ajudar na sua organização, localização e pesquisa

A literatura identifica diversas tipologias, desde dados pessoais tradicionais a conteúdos particularmente sensíveis como informação sobre saúde, menores, processos disciplinares, identidades digitais, interações em plataformas sociais, registos biométricos e dados históricos cujo significado se altera ao longo do tempo. Esta diversidade reforça a necessidade de modelos de classificação flexíveis e contextuais. É necessário classificar e avaliar o grau de sensibilidade no momento da aquisição e incorporação do acervo bem como determinar tipologia da informação deve determinar as medidas de acesso, anonimização, embargo e restrição.

5. Discussão

A discussão evidencia que a gestão de informação de caráter reservado em ambientes arquivísticos é um domínio marcado por elevada complexidade e por uma forte interdependência entre normas éticas, legais e técnicas. Os resultados mostram que as instituições enfrentam tensões inevitáveis entre o dever de preservar a memória coletiva e a obrigação de proteger a privacidade, a dignidade e os valores culturais dos indivíduos e das comunidades. Estas tensões tornam visível a necessidade de decisões informadas e devidamente documentadas, capazes de equilibrar responsabilidades patrimoniais e direitos fundamentais.

Apesar da existência de orientações internacionais amplamente reconhecidas, subsistem lacunas significativas na sua implementação prática. A literatura revela dificuldades na operacionalização de avaliações de risco consistentes, na definição clara de níveis de acesso, na harmonização entre política institucional e exigências legais, e na garantia de condições técnicas adequadas para assegurar a integridade e a autenticidade dos conteúdos digitais. Esta distância entre princípios e prática reflete limitações de recursos, desigualdades na capacitação das equipas e uma dependência crescente de tecnologias que nem sempre são sustentáveis a longo prazo.

Outro ponto central é o reconhecimento de que a sensibilidade da informação não é estática: evolui em função de mudanças sociais, políticas e culturais. Esta natureza dinâmica implica que a preservação digital deve ser pensada como um processo contínuo, sujeito a revisão e atualização, e não como um conjunto fixo de procedimentos. Assim, a proteção da informação exige uma abordagem adaptativa que articule segurança, acessibilidade e responsabilidade ética.

A literatura reforça ainda que soluções sustentáveis dependem da integração coerente de políticas institucionais, tecnologias apropriadas e práticas profissionais apoiadas numa cultura organizacional orientada para o cuidado e a responsabilidade. A cooperação entre instituições, a formação contínua e o desenvolvimento de infraestruturas seguras e interoperáveis surgem como prioridades para superar fragilidades persistentes e consolidar uma preservação digital que inspire confiança pública.

6. Conclusões

Este estudo permite concluir que a preservação de informação de caráter reservado constitui um desafio multidimensional que requer a articulação entre princípios éticos, enquadramentos legais, soluções técnicas seguras e políticas institucionais bem definidas. A revisão de literatura demonstra que a proteção da privacidade deve ser integrada de forma transversal nas práticas de preservação digital, assegurando simultaneamente o cumprimento normativo e a manutenção da confiança pública nas instituições responsáveis pela memória coletiva.

A crescente complexidade dos ecossistemas digitais reforça a importância de mecanismos contínuos de avaliação de risco, infraestruturas de preservação adequadas e formação especializada para profissionais. A gestão deste tipo de informação revela-se, assim, um processo permanente, sujeito a revisão e ajustamento face à evolução tecnológica, às mudanças legais e às transformações socioculturais.

Em síntese, a construção de ambientes arquivísticos seguros, transparentes e socialmente legítimos depende da capacidade das instituições para equilibrar direitos individuais,

responsabilidades públicas e o valor patrimonial da memória coletiva. Futuros estudos poderão explorar estratégias tecnológicas emergentes, modelos colaborativos de governação e metodologias de avaliação que apoiem uma preservação cada vez mais responsável, inclusiva e sustentável.

Referências

Corujo, L. (2020). *Preservation and digital repositories: Connections* [Repositório ULisboa]. Universidade de Lisboa. https://repositorio.ulisboa.pt

Digital Preservation Coalition. (2008). *Digital preservation handbook* [Versão online]. https://dpconline.org

Hamer, A. (n.d.). *Ethics of archival practice* [Artigo em acesso aberto, *Archivaria*]. https://archivaria.ca

IFLA, & UNESCO. (2002). *Guidelines for digitization projects for collections and holdings in public libraries / Digitization projects guidelines*. https://ifla.org

LeClere, E. (n.d.). *Breaking rules for good? How archivists manage privacy in…* [Artigo em acesso aberto, Australian Society of Archivists]. https://publications.archivists.org.au

Luft, A. (2023). *Ethics of archives: Improving historical social science through consideration of research on violence* [PDF em acesso aberto]. Cambridge University Press & Assessment.

Public Archives and Data Protection. (n.d.). *Reconciling freedom of information and privacy* [Repositório académico em acesso aberto]. https://academia.edu

Söhner, F. (n.d.). *Ethical issues in archiving and reusing interviewees' data* [Artigo em acesso aberto, OpenEdition]. https://journals.openedition.org

Vários autores. (n.d.). *Manuais e políticas institucionais de acesso aberto (IFLA, DPC, IPB) consultados para práticas institucionais* [Documentação institucional].

"Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais." (2018). *Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 23*(52), 95–106. https://www.redalyc.org

Musto Flores, R. (2022). *As memórias sensíveis em perspectiva: As experiências limítrofes do século XX entre a recordação e o esquecimento.* Portal de Periódicos da UFRN.

García-Gavilanes, R., Mollgaard, A., Tsvetkova, M., & Yasseri, T. (2017). *The memory remains: Understanding collective memory in the digital age. Science Advances, 3*(4), e1602368. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC

Ferreira, G. A., & Lima, R. C. C. (2025). *Documentation and documentary heritage centres: Right to information, memory and citizenship.* periodicos.newsciencepubl.com

"Collective memory and social media." (2025). *Revista de memória digital*. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov

"Mnemonic capabilities: Collective memory as a dynamic capability." (2017). *Revista de Administração de Empresas, 57*(3). https://www.redalyc.org

Windon, K., & Youngblood, J. (2024). *Privacy considerations in archival practice and research* [Artigo em acesso aberto]. *Technology, Work and Globalization*. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-51063-2_11

PubMed Central. (2023). *Collective memory in digital archives*. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/

Oliveira, H. (2014). *A preservação da informação: Um contributo para a implementação de um arquivo digital certificável no município do Porto.* Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/89888/2/31766.pdf

Silva, W. (2015). *Exceções legais ao direito de acesso à informação: Dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos.* Ministério da Justiça e Segurança Pública. https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/execoes-legais-ao-direito-de-acesso_welder-silva.pdf

Martins, R. (2024). *Automação da análise forense para casos suspeitos de abuso de acesso a informação sensível/crítica.* Universidade de Lisboa. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/95866/1/TM_Rodrigo_Martins.pdf